

## De Timor ao Atlântico

O que ainda há bem pouco tempo escrevíamos sobre a explosão editorial consagrada a Timor oriental na Austrália ficava aquém da realidade, e continuamos longe de esgotar o assunto ao assinalar os poucos trabalhos que se seguem. Ao compará-los, avalia-se também a profundidade do que pode qualificar-se como «microtraumatismo timorense» para a opinião pública australiana que se interessa pelo mundo exterior.

O maior desses livros tem mais de 900 páginas e o facto de ter sido iniciado em 1998 — isto é, reduzindo consideravelmente a regra dos 30 anos que se aplica às consultas dos arquivos públicos australianos — é demonstrativo da necessidade urgente que havia de facultar a leitura dos telegramas, despachos e outros documentos enceleirados no Departamento do Primeiro-Ministro e no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Canberra a propósito dos tristes acontecimentos qualificados como «descolonização à portuguesa». *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor, 1974-1976*<sup>1</sup>, mesmo que não tome em linha de conta os textos emanados dos serviços secretos e as actas das deliberações ainda sujeitas a embargo, reproduz, todavia, 484 peças que vão de 1950 a 1978. São de interesse capital para a política colonial portuguesa, a expansão indonésia e, naturalmente, as ambiguidades e as decisões de Lisboa, Jacarta e Canberra em torno do período-charneira de 1974-1976. Revelam a intensa atenção prestada pela Austrália oficial a esta anomalia histórico-política encravada no mais ameaçador dos vizinhos próximos de Darwin. Não se trata aqui, claro está, de esmiuçar o teor desta rica colheita diplomática. Limitar-nos-emos a dizer que a recolha, soberbamente editada, com introdução, cronologia, notas, três índices, fotos e mapas, é uma mina de ouro para os que se interessam por Timor sem serem comandados

---

<sup>1</sup> Wendy Way (coord.), Damien Browne e Vivianne Johnson (assistentes editoriais), *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor, 1974-1976*, Department of Foreign Affairs and Trade (Documents on Australian Foreign Policy), Melbourne, Melbourne University Press, 2000, xxix-885 páginas, fotos, índice, mapas.

por ímpetos emocionais. Não estamos interessados em sondar as motivações e as segundas intenções de uns nem de outros, mas não podemos deixar de dar este trabalho como exemplo. Exemplo do que deveria ser uma vontade política firmemente decidida a quebrar a rotina e as reticências profissionais de numerosos serviços de arquivo em vários países. E, infelizmente, não apenas no que se refere a Timor e a Portugal!

Da visão oficial — e muito provavelmente parcial — passamos a um título cujo autor é muito mais corrosivo, já que denuncia a forma como os diplomatas, os políticos e a imprensa do seu país relataram aquilo que ele descreve como «o maior desastre da política externa da Austrália no decurso do último quarto de século». Este especialista de relações internacionais analisou a fundo e ao pormenor o livro anterior e a literatura timoriana anglo-americana (mas nada nas outras línguas) e desmascara os *lobbies* e os pró-indonésios que fecharam os olhos às realidades da ocupação javanesa. É preciso conhecer-se bem a política interna do seu país para apreciar os desenvolvimentos de Rodney Tiffen<sup>2</sup> e a sua arrebatada indignação.

E, já que afloramos os desempenhos contrastados da imprensa australiana na formação da opinião do homem da rua relativamente a Timor, convém também conhecer, do mesmo editor, o estudo histórico<sup>3</sup> que Prue Torney-Parlicki consagra aos correspondentes de guerra australianos face aos seus vizinhos (próximos ou distantes) do Pacífico e da Ásia. O índice é tão insuficiente que se tem dificuldade em distinguir a visão de Timor transmitida pela imprensa australiana, a não ser quando evoca o apoio prestado por certos timorenses aos comandos australianos. Mas, no conjunto, a imagem do Timorenses era menos elogiosa (pp. 98-99) do que a atribuída aos «fuzzy-wuzzy angels» papuas. Afinal, o que está em jogo para este país-continente é a atitude a adoptar perante o mundo exterior: virar-se para si próprio ou abrir-se. Timor fornece-lhe desde 1999 uma boa oportunidade — humanitária ou outra — de se afirmar, após décadas de seguidismo e isolacionismo.

Passemos a um autor que conhece a Indonésia e o indonésio como os dedos da mão, já que este antigo militar-diplomata-intérprete, adido da embaixada australiana em Jacarta, demissionário, posteriormente homem de negócios associado ao antigo regime (Suharto) e aos seus diginitários, conta vinte anos de presença e de actividades no arquipélago. É um daqueles homens que no século XIX fundavam impérios comerciais, políticos mesmo, no Sudeste asiático. Tudo lhes é possível, e sabem assumir riscos que

---

<sup>2</sup> Rodney Tiffen, *Diplomatic Deceits. Government, Media and East Timor*, Sydney, University of New South Wales Press, Ltd., 2001, XII-128 páginas, fotos, índice.

<sup>3</sup> Prue Torney-Parlicki, *Somewhere in Asia. War Journalism and Australia's Neighbours, 1941-75*, Sydney, University of New South Wales Press, Ltd., 2000, XXVI-305 páginas, fotos, índice.

tornam baça a vida simples dos universitários. Kerry B. Collison<sup>4</sup> é não apenas um aventureiro, mas também um romancista que explora os seus conhecimentos para imaginar um argumento-catástrofe (a eventualidade de uma guerra entre a Austrália e a Indonésia) em que apresenta a sua versão da invasão de Timor em 1975-1976, da execução de jornalistas em Balibó e das relações sinusoidais entre as duas capitais, tudo sobre um pano de fundo que fede a gás e a petróleo e à megalomania de um oficial. Há coisas que farão vibrar os admiradores da FRETILIN e arrepiar-se os que conhecem Timor, mas esta ficção desenfreada não pode deixar de ser conhecida.

Voltemos ao classicismo mais trivial com um álbum fotográfico<sup>5</sup> em honra dos combatentes — civis e militares — embrenhados no combate aos horrores da ocupação indonésia. Nele, Steve Cox — um fotógrafo que surpreende tenha podido captar tantas cenas revoltantes mas reveladoras — desvenda, entre dois massacres, o terror quotidiano. Meia centena de páginas de introdução do historiador militante Peter Carey conferem perspectiva à iconografia. Está-se longe de Lord Jim, mas os factos são os factos.

Sem nunca sair do «politicamente correcto», acrescentar-se-á a autobiografia de Xanana Gusmão<sup>6</sup>, acrescida de uma generosa selecção de discursos, cartas, entrevistas e outros documentos que nos levam até Junho de 1999, o conjunto traduzido por oito tradutores (!) e ordenado por outra activista da causa timorense, Sarah Niner. O que mais nos agradou na autobiografia foram as páginas consagradas à infância do herói depois da segunda guerra mundial numa família de modestos *assimilados*. O que ele conta da colonização portuguesa vivida ao nível mais baixo e da pobreza, e nomeadamente da vida no seminário e da do funcionário menor, insuportáveis para um jovem rebelde, deixará muita gente a remoer de raiva, mas pensamos que as suas descrições têm mais veracidade do que a imagem de harmonia luso-tropical que certos autores continuam a propagar. É que ele fala aos pés da escada e não do cimo da tribuna. Quando é o autor a expressar-se, o texto torna-se apaixonante; é-o menos nos documentos que ocupam o resto do livro: os constrangimentos da luta.

Outro testemunho anti-indonésio, o de Lansell Taudevin<sup>7</sup>, tem, para Timor, a singularidade de provir de um antigo pastor metodista reconvertido na ajuda

<sup>4</sup> Kerry B. Collison, *The Timor Man*, Hartwell (Victoria, Austrália), Sid Harta Publishers, 1999, 598 páginas, ilustração, mapa, glossário.

<sup>5</sup> Steve Cox e Peter Carey, *Generations of Resistance: East Timor*, Crows Nest (New South Wales, Austrália), Continuum, Allen & Unwin, 2000, 120 páginas, mapa, uma centena de fotos a cores e a preto e branco.

<sup>6</sup> Xanana Gusmão, *To Resist is to Win!: The Autobiography of Xanana Gusmão with Selected Letters and Speeches*, Ringwood (Victoria, Austrália), David Lovell Publishing, 2000, xvi-256 páginas, fotos, índice.

<sup>7</sup> Lansell Taudevin, *East Timor: Too Little, Too Late*, Sydney, Duffy & Snellgrove, 1999, 319 páginas, fotos, índice, glossário.

ao desenvolvimento e humanitária. Dezasseis anos na Indonésia, três dos quais em Timor (1996-1999) como responsável de um projecto de auxílio indonésio-australiano! Começa por ser favorável às teses oficiais de Jacarta, mas as viagens e os contactos no interior da ilha rapidamente destroem o sibiritismo do expatriado. O que de mais original há nas suas páginas é retirado do seu diário. Com efeito, a sua tomada de consciência corresponde aos três últimos anos da ocupação indonésia, de que relata o misto de crueldade, de deixa-andar e de exploração desenfreada por parte de certos oficiais superiores. Muito útil para se ficar a conhecer o recrutamento e o funcionamento da milícia pró-indonésia.

Desautorizado pelas autoridades australianas, ameaçado pelas milícias e acusado de espionagem pelos militares, é expulso em Abril de 1999. Só regressará a Díli em Outubro do mesmo ano, nos furgões do exército australiano, para constatar o caos e criticar a demora na entrada em acção das forças de manutenção da paz da ONU. Um livro importante.

Curiosamente, durante uma parte da estada de Taudevin em Timor, um jornalista *free-lance* australiano, John Martinkus, trabalhava no terreno desde Junho de 1997 a 1999 (com alguns regressos posteriores). A princípio, ninguém na imprensa australiana queria publicar os seus artigos acerca do que via em Timor, tão forte era o «complexo finlandês» aplicado aos Australianos: acima de tudo, não criticar o grande e poderoso vizinho. Para o filho de um emigrante lituano, custava a engolir. O seu testemunho é esmagador quanto à responsabilidade do exército nos massacres de 1999. Viaja muito fora de Díli (Suai, Maliana, Kupang, etc.) e tem o mérito de documentar as derradeiras actividades militares da resistência. Trata-se de uma reportagem extremamente viva e documentada<sup>8</sup>. Uma observação: nos esforços para fazerem crer que a situação estava normalizada, as autoridades indonésias autorizavam a presença de jornalistas estrangeiros nos últimos anos da sua dominação. E, como era de esperar, eles não podiam ser-lhes favoráveis. Definitivamente, os militares tinham-se auto-intoxicado com a própria propaganda e deixavam que jornalistas hostis vagabundeassem pelas montanhas e chegassem a ter contactos com os «rebeldes». O exército português dos anos 70 em África não o permitia em caso algum. Um homem como Martinkus depressa teria sido expulso: sabia demasiadas coisas ocultadas pelas autoridades e a escrita era o seu ofício. De entre esses jornalistas curiosos em demasia, citaremos Minka Nijhuis<sup>9</sup>, uma holandesa que passou quase um ano em Timor depois da queda de Suharto em 1998. Os Países

---

<sup>8</sup> John Martinkus, *A Dirty Little War*, Sydney, Random House Australia, 2001, xix-428 páginas, fotos, índice, glossário.

<sup>9</sup> Minka Nijhuis, *De erfenis van Matebian. Een jaar op Oost-Timor*, Amsterdão, Uitgeverij Contact, 2000, 224 páginas.

Baixos sempre tiveram uma atitude ambivalente relativamente a Timor enquanto colónia portuguesa, mas, no conjunto, o destino das suas «possessões externas» não preocupava muito a metrópole, e a ilha de Timor ainda menos. Será preciso esperar pelos activistas dos anos 1970-1990 para que se volte a falar um pouco de Timor Leste, mas em meios restritos. Nijhuis é uma jornalista militante dos direitos do homem com vasta obra publicada sobre a Birmânia. Em Timor não tem, pois, razões para se sentir fora do seu ambiente. Dá-se com os católicos, frequenta o por de mais célebre cemitério de Santa Cruz, visita um número assinalável de localidades do interior, relaciona-se com as milícias, as famílias de notáveis, etc. Assiste ao referendo sobre a autonomia, à chegada dos Australianos, etc. Embora o seu texto não tenha a densidade informativa do de Martinkus, teve a coragem de ficar quando os outros se punham em fuga.

De Amsterdão desloquemo-nos até Bruxelas para irmos ao encontro de duas politólogas belgas<sup>10</sup> que participaram como observadoras das Nações Unidas no processo eleitoral. Não conhecem muito bem a bibliografia histórica, mas isso não importa, ainda que, se nos tivessem lido [René Pélissier, *Timor en guerre. Le crocodile et les Portugais (1847-1913)*, Éditions Pélissier, Orgeval, 1996, 368 páginas], não teriam escrito que as tribos que permaneceram leais à coroa portuguesa tinham sido organizadas em companhias de «moradores» (pp. 34-35), uma vez que os «moradores» eram justamente, em regra, gente desinserida da tribo e urbanizada. Adiante, já que se trata de uma erudita análise política centrada no período de 1974-1999. Aí elas têm o mérito de introduzir nesse feudo de orientalistas conceitos e teorias que são sobretudo aplicados em África. Uma obra erudita, mas, para os que procuram identificar a essência da resistência local e ir ao âmago dessa identidade leste-timorense que nos escapa, há coisas a respigar que os autores de língua inglesa fariam bem ter em conta.

Mais concretas e menos (?) sujeitas a controvérsia, citaremos as actas<sup>11</sup> de uma conferência internacional que reuniu em Díli a fina flor das organizações não governamentais especializadas. Se Timor começa já a ficar na dependência dos peritos do ambiente, podemos concluir, doravante, que atingiu a maioria política. Ler as suas recomendações causa vertigens em face do fosso existente entre o que *seria preciso* fazer e o que *é possível* fazer, tendo em conta a escassez dos recursos financeiros e humanos. Repovoamento florestal, abastecimento de água, saneamento, habitação, ca-

<sup>10</sup> Paule Bouvier e Kerstine Vanderput, *Timor oriental: le combat d'un peuple. Essai d'analyse politique*, Paris, L'Harmattan, 2001, 271 páginas, mapas.

<sup>11</sup> Russell Anderson e Carolyn Deutsch (coords.), *Sustainable Development and the Environment in East Timor*, Dili, Timor Aid, distribuído por East Timor International Support Center (Nightcliff, NT, Austrália), 2001, 135 páginas.

dastró, controle da pesca, definição das fronteiras marítimas, conservação da biodiversidade, ensino, investigação, turismo, etc. Tudo isto num país esquecido pelos colonizadores, duas vezes destruído e onde as tradições não se encaminham para uma cultura do desenvolvimento durável.

Deixemos Timor e vamos até à outra «extremidade lusógrafa» do oceano Índico: Moçambique. E fá-lo-emos assinalando, antes de mais, um álbum<sup>12</sup> em homenagem às mulheres e crianças de Moçambique lançado por uma empresa de pesca do camarão espanhola por ocasião da abertura da sua sede na Beira. As fotos são interessantes, mas o que — aos nossos olhos de bibliógrafo impenitente — justifica que se fale deste curto texto é o facto de conter o que consideramos ser a primeira incursão da língua galega em Moçambique. Tanto quanto sabemos, apesar da proximidade linguística existente entre o português e o galego, não há livros nesta língua consagrados à antiga África portuguesa. Mas não somos infalíveis, e talvez exista o relato de algum caçador, viajante ou missionário a descrever, em Vigo ou em Santiago de Compostela, Angola ou a Guiné-Bissau. Gostaríamos de os conhecer.

Os Italianos, pelo contrário, ultrapassam largamente a vintena de livros sobre Moçambique a partir de 1974. O sociólogo italiano que se segue não cita nenhum, embora tenha ensinado durante dois anos na Universidade Eduardo Mondlane e nos presenteie, no seu *Kanimambo*<sup>13</sup>, com uma crónica intimista da vida dos cooperantes destacados para esta universidade. Como é possível que saibam tão pouco sobre Moçambique antes de partirem e mesmo durante a sua permanência no país? A pobreza das bibliotecas italianas no que respeita a obras estrangeiras sobre a África lusófona explica, em parte, esta ignorância. Como praticamente nunca fazem aquisições, ou fazem muito poucas, essa ignorância está condenada a durar. O que ele conta do ensino e dos professores nesta Universidade não nos dá motivos para regozijo: corrupção, clientelismo da FRELIMO, favoritismo, arcaísmo, incompetência, etc. A Itália, por seu lado, segundo o autor, não enviava a nata dos seus docentes. Supomos que esta seria uma situação comum aos outros contingentes nacionais. Em nossa opinião, nem um só dos grandes nomes dos estudos moçambicanistas — excepto talvez ao princípio um punhado de militantes marxistas e uns tantos historiadores — ensinou nesta universidade, que teve a infelicidade de não conservar os melhores dos seus professores portugueses, conformando-se com nomeações duvidosas, ditadas pelos investidores estrangeiros, e fazendo recrutamentos de acordo com critérios estranhos. Seja como

---

<sup>12</sup> Elizabeth Taylor (coord.) e Alfonso Paz-Andrade (fotógrafo), *M. M. M. Mulheres e Meninos em Moçambique*, Vigo (Pontevedra, Espanha), SIPSA Editorial, 2001, não paginado, fotos a cores.

<sup>13</sup> Luca Bussotti, *Kanimambo. Ritratto del Mozambico fra cronaca sociale e quotidianità*, Turim, L'Harmattan Italia, 2001, 150 páginas.

for, Bussotti gosta dos Moçambicanos (ao ponto de ter casado com uma), mas usa palavras bastante duras acerca das relações entre negros (o *guarda* do prédio onde vive torna-se seu amigo até que...) e brancos. Uma viagem de *chapa* até Manjacaze para visitar a futura família africana fá-lo abrir os olhos. É um realista emocionado que expõe a situação nos finais dos anos 90.

Mais um livro cheio de interesse pelo conteúdo sociológico — e pelas inovações linguísticas: estamos a referir-nos ao longo monólogo de Ascêncio de Freitas<sup>14</sup> que é, de facto, uma denúncia da sociedade colonial nos últimos anos do esplendor, com apreciações igualmente críticas sobre o que viria a seguir. O autor, que foi caçador profissional (provavelmente na Gorongosa, em sentido amplo), teve a excelente ideia de dar a palavra aos Africanos, não de todo o Moçambique, mas da região compreendida entre o Zambeze e a cidade da Beira. Isto situa bem as atitudes e as relações de força e evita os lugares-comuns. A ser traduzido, não gabamos a sorte aos tradutores, mas o leitor fica apaixonado por esta visão filosófica da vida, vista do lado de um colonizado. Os etnólogos porventura acharão que o herói pensa muito como um europeu, o que até poderá ser verdade. Mas a literatura tem o direito de ser infiel à realidade quando o autor tem talento. Gostaríamos de conhecer os outros livros de Freitas com temática moçambicana.

Na mesma secção de «literatura e sociedade em crise», refira-se uma recolha de análises literárias<sup>15</sup>, uma das quais tem que ver com um outro grande nome (Mia Couto) de malabarista da língua portuguesa moçambicanizada, habilmente torturada para dar conta de situações paroxísticas.

Saltemos agora para margens atlânticas com outro romance um tanto inusitado para Angola, já que a acção se desenrola em parte na Lunda da Diamang, faz intervir um engenheiro franco-americano (Philippe escreve-se assim em francês, e não como injustificadamente surge grafado no livro), um quioco, brilhante licenciado por Coimbra que se torna chefe de tribo, e várias outras surpresas aguardam o leitor no labirinto ficcional do autor<sup>16</sup>. Mas é uma utopia e na literatura fantástica tudo é permitido.

Mais espantoso ainda é o que nos parece ser um dos primeiros romances angolanos cujo texto original foi escrito em francês. A autora<sup>17</sup> está emigrada em França, onde é enfermeira. É sobretudo, ao que parece, uma mulher de

<sup>14</sup> Ascêncio de Freitas, *O Canto da Sangardata*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, 366 páginas, glossário.

<sup>15</sup> Robin Fiddian (cord.), *Postcolonial Perspectives on the Cultures of Latin America and Lusophone Africa*, Liverpool, Liverpool University Press, 2000, x-218 páginas, índice.

<sup>16</sup> Ferreira da Cunha, *África Futura*, Lisboa, Editorial Escritor, 2000, 199 páginas.

<sup>17</sup> Dia Kassembe, *Thsiala l'enracinée. Du Kuanza à la Seine*, Roissy-en-Brie (1, av. Maurice de Vlaminck, P. 64, 77680 Roissy-en-Brie, França), Éditions Cultures Croisées, 2001, 207 páginas.



carácter, que não gosta nem da colonização portuguesa, que a marcou e ofendeu, nem do regime instalado em Luanda, nem dos políticos angolanos em geral. O relato é autobiográfico, mas o historiador gostaria muito de saber onde se situa o reino de Banda, de que era chefe o avô dela, «cujo poder tinha feito tremer os Portugueses» (p. 10), que era judeu (p. 12) e «metia medo ao rei do Kongo» (p. 13). Ela, por seu turno, ensinava Português em São Salvador antes de a história ter feito dela uma refugiada política, chegada a França em 1980. Desde 1968 (?), diz, que é uma «assimilada», embora pensássemos que esse estatuto tinha sido abolido em 1961. Passemos adiante e informemos o futuro leitor de que encontrará neste livro dezenas de páginas sobre a situação política após a independência, o destino dos exilados no Zaire e, muito mais original, a vida de uma angolana pobre nos múltiplos infernos da administração francesa, em particular os hospitais da região de Paris. Ela é feroz, mas foi humilhada e tem razões para se insurgir. Acresce que é médium e profetisa, o que nos serviços da urgência médica é tão útil como nos ministérios do reino de Banda. Em relação aos primeiros, estamos a falar por experiência própria, quanto aos outros, os africanistas saberão o que queremos dizer. Em suma, um livro a descobrir pela sua singularidade.

Apesar de não haver laços de união entre os dois textos — a não ser a temática angolana e porventura uma tendência para considerar a literatura uma terapia e uma arma de guerra —, convoquemos *Politique de Dominique de Roux*<sup>18</sup>, um *dossier* do qual perto de uma centena de páginas, apresentadas por Didier da Silva, respeitam a Portugal e a Angola, vistos por um homem de letras francês que foi um dos raríssimos na época (1972-1977) a tomá-los a sério, mais aliás por desdém pelo meio literário e político parisiense do que por vontade de se especializar num exotismo duplo. Todavia, ele procura heróis românticos, entre os quais Savimbi, que irá fasciná-lo até ao fim. Jornalista, agente mais ou menos secreto, editor, romancista, este homem morto muito cedo proporciona-nos aqui artigos, notas confidenciais, entrevistas, inéditos retirados dos arquivos que deixou. São peças interessantes para conhecer um aspecto do interesse suscitado, no seu tempo, pela descolonização portuguesa. A edição, contudo, deveria ter merecido mais atenção, pois duvidamos de que D. de Roux tivesse escrito que Savimbi nasceu «em 1914» (p. 48). Uma coisa é o *panache*, outra é a cronologia.

Com *Argent Secret*<sup>19</sup> mantemo-nos nos serviços de informação franceses, uma vez que o autor é um antigo coronel dos serviços secretos, reconvertido

---

<sup>18</sup> Pétrus Batselier e Didier da Silva (coords.), *Politique de Dominique de Roux*, Clermont-Ferrand (36, av. Carnot, 63000 Clermont-Ferrand, França), Au Signe de la Licorne, 1999, 152 páginas.

<sup>19</sup> Pierre Lethier, *Argent secret. L'espion de l'affaire ELF parle*, Paris, Albin Michel, 2001, 255 páginas.



aos negócios e acusado — com ou sem razão — de ter estado implicado nas actividades de corrupção levadas a cabo pela companhia petrolífera ELF em Angola e não só. O livro é absolutamente apaixonante na descrição que faz desses círculos interditos aos profanos. Ele defende-se com unhas e dentes, mas o que aqui nos interessa (Angola) merece uma cobertura francamente reduzida, tanto mais que o homem estava encarregado do *dossier* angolano (1982-1987) e era visita regular de Savimbi nas suas praças-fortes em pleno mato até ao momento em que o caldo se entorna (pp. 85-86). E sobre o seu papel no caso ELF também pouco mais diz (pp. 116, 121 e 218-219). É evidente que se trata de um profissional que revela cem vezes menos do que poderia dizer, mas da leitura ressalta a impressão de que estes peritos que têm acesso a todos os meios políticos e económicos desprezam um tanto a literatura angolana já publicada desde 1960. Os substratos étnicos, históricos, sociológicos, religiosos, têm um peso reduzido nas suas apreciações. Os erros e os despertares tardios, os remorsos, até, quem os paga? Demasiados *a priori* políticos pagam-se caro, enquanto com um bom centro de documentação muitos «maus passos» se podem evitar.

Não se presta suficiente atenção à literatura juvenil na tomada de consciência das realidades políticas exteriores ao país da criança que as lê. Por vezes — em casos raros, é verdade — é determinante para a sua carreira posterior. No nosso caso, historiador de Timor, fazemos recuar o nosso interesse por essa ilha à leitura de um romance de aventuras que recebemos como prémio escolar quando tínhamos 10, 11 anos. É, aliás, a partir dessa idade que o editor recomenda a leitura de *De slangenman*<sup>20</sup>. A história passa-se no Dondo entre um expatriado belga, duas crianças — uma das quais é detida pelas tropas do MPLA, que a acusam de ser rebelde (UNITA) — e um misterioso feiticeiro que era dado como desaparecido. Tudo acaba em bem, mas em poucas páginas o jovem leitor ficou a saber que em Angola se trava uma guerra civil e que os angolanos da sua idade podem muito bem ser feitos prisioneiros, recrutados à força e mortos. Quem nos diz que não é ali que está a semente de que surgirá, dentro de quinze ou vinte anos, um especialista sobre Angola?

Com Luis Deulofeu<sup>21</sup> entra-se num outro universo: o dia a dia dos soldados cubanos em Angola em data imprecisa e em locais que ele também não situa. Tem-se a certeza de Luanda, e depois «al culo del mundo» (pp. 365 e segs.) será algures no Cuando-Cubango. Não há combates, antes cerca de 200 páginas sobre a rotina militar, as intrigas, o medo da polícia secreta, a desconfiança perante a população (pp. 377-378), os problemas raciais no

<sup>20</sup> Bruno Boen, *De slangenman*, Hasselt (Bélgica), Uitgeverij Clavis, 2001, 66 páginas.

<sup>21</sup> Luis Deulofeu, *No llores ni tengas miedo... conmigo no te pasará nada*, Barcelona, Editorial Egales, 2000, 339 páginas.

seio do exército (os cubanos negros na frente de combate, os brancos em seguida, quando não há negros cubanos que cheguem para fazer crer aos Sul-Africanos que se trata de angolanos, p. 381), a fome, os suicídios, etc. É o verdadeiro anti-heroísmo oficial. Um livro singular, também ele, impublicável em Cuba.

Regressemos ao clássico com um texto enorme para os especialistas da história angolana<sup>22</sup>. Os contributos reunidos têm valor desigual e teria sido útil que alguns tivessem sido corrigidos antes da publicação. Como é possível deixar que se escreva «somente em 1914 [sic], depois de renhidas lutas, os Portugueses conseguiriam estabelecer aí [no Kwanyama] o seu domínio» (p. 730)? Nunca ouviram falar da batalha de Môngua (1915) no Arquivo Histórico Nacional de Angola? Estranho! Não nos detenhamos nas imperfeições e sublinhemos antes a utilidade de vários textos. Alguns apoiam-se em pesquisas nos arquivos latino-americanos, e sobre isso nada a dizer. Gostaríamos, todavia, que as fontes publicadas exploradas pelos autores sejam renovadas e ampliadas e que nos digam, enfim, quando sairá a tradução portuguesa de László Magyar, anunciada há anos. Um índice onomástico é uma coisa indispensável, a prever nos volumes ulteriores se estes seminários prosseguirem no futuro. E impõe-se também uma bibliografia recapituladora e objecto de atenta revisão (para não se ver ressurgirem certos erros cometidos pelos autores dos vários contributos). Tudo isto a bem da investigação e, porventura, de Angola.

Detenhamo-nos agora numa Guiné que a benevolência dos lusófonos de África para com os seus primos em segundo grau hispanófonos autoriza. No que se refere à Guiné Equatorial, as raras pessoas — exceptuando as que se encontram ligadas à cooperação internacional e ao mundo dos negócios (pouco transparentes ou honestos até) — que se interessam por este país terão, provavelmente, ouvido falar de Max Liniger-Goumaz, ou mesmo lido alguns dos seus livros, todos eles, naturalmente, proibidos no país dos seus sonhos. É o supremo campeão da democracia neste país; por outras palavras, D. Quixote entre os gorilas, para não dizer pior. Parece ter mais amigos e discípulos (no exílio) do que inimigos. Não é certo, mas a verdade é que, se estes são mais numerosos, não têm tempo para escrever. Assim, os primeiros oferecem-lhe, por ocasião do seu 70.º aniversário, um enorme livro em sua homenagem — uma atenção para com os mestres de que os lusófonos dão mostras de serem mais do que cílios. Nele se encontra de tudo, do ditirambo bajulador ao estudo erudito e útil, passando por inúmeras páginas que reproduzem escritos esquecidos do prolífico professor. Nos elogios e no

---

<sup>22</sup> *Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola. Construindo o Passado Angolano: as Fontes e a Sua Interpretação*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, 859 páginas, mapas, ilustrações.

destaque dado ao herói, a modéstia e a sobriedade foram vencidas pelo entusiasmo africano. Todavia, os luso-africanistas poderão retirar daí alguns ensinamentos, inclusive na leitura do estudo sobre a Guiné Equatorial na literatura<sup>23</sup>. Do mesmo inesgotável Liniger-Goumaz, recomendar-se-á o 12.º (!) volume da sua bibliografia geral da Guiné Equatorial<sup>24</sup>, que para este pequenino Estado já regista — e continua — 37 000 referências. Proporcionalmente, para Angola dever-se-ia dispor de uma bibliografia que comportasse mais de 1 200 000 entradas! Uma loucura de fazer todos os ratos de biblioteca dos dois hemisférios passarem tormentos. Só há uma coisa que nos escapa. Quem financia a publicação de obras dificilmente vendáveis e caras como o são as 1100 páginas ilustradas de *Mélanges*? Quando são sabidas as dificuldades por que passam os luso-africanistas para publicarem livros de tiragem média em Portugal ou noutra sítio qualquer, dir-se-á que há coisas para aprender com a Espanha e a Guiné Equatorial. Ou tratar-se-á do milagre — póstumo — de que falava Papa Macías na altura do seu criminoso esplendor?

Por último, vamos terminar com umas actas<sup>25</sup> que estão mais próximas das preocupações dos lusófonos, já que, se as Canárias ocupam nelas um vasto espaço, são as ilhas de São Tomé e Príncipe, de Cabo Verde, dos Açores e da Madeira que estão em destaque. O tema é original, o seu tratamento, por meia centena de literatos, geógrafos, historiadores, etc., extremamente variado (com predominância para a literatura). A qualidade é, também ela, variável, por vezes com a perpetuação de mitos, como o «milhar» de mortos em São Tomé, em 1953, vítimas da polícia colonial. No conjunto, o nível é elevado e uma certeza existe: a riqueza é tal que todo e qualquer leitor está certo de ficar a saber coisas novas sobre o que julgava já conhecer. Que mais se pode pedir quando se chega cansado de Díli?

(Redigido em Dezembro de 2001.)

<sup>23</sup> Luis Ondo Ayang, Marcelino Bondjale Oko, Humberto Riochí Bobuiche e Francisco Zamora Lobocho (coords.), *Mélanges Euro-Africains, Miscelâneas Euro-Africanas Max Liniger-Goumaz*, Madrid, Editorial Claves para el Futuro, 2001, vol. I, 575 páginas, e vol. II, 534 páginas, fotos.

<sup>24</sup> Max Liniger-Goumaz, *Guinea Ecuatorial. Bibliografía General*, vol. XII, *Referencias 31947-37000 (y Recapitulación de las Referencias 17379-31946)*, Ginebra, Les Éditions du Temps, 2001, 423 páginas.

<sup>25</sup> Françoise Massa (coord.), *Les îles atlantiques: réalités et imaginaire*, Rennes (França), Equipa ERILAR, Université Haute Bretagne, Rennes 2, 2001, 469 páginas, ilustrações.